REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

AS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Luís da Silva Simão Bonifácio Luís Cavalo
https://orcid.org/0009-0003-0003-6839
E-mail: luiscavalo.cavalo@gmail.com

Yurane Luis Cavalo
https://orcid.org/0009-0001-9896-4558
E-mail: yuranecavalo@gmail.com

Maria de Lurdes M.A.M. Cavalo
https://orcid.org/0009-0008-1470-8575
E-mail: lurdesmaria148@yahoo.com

Kleisy Loren Cavalo
https://orcid.org/0009-0009-5120-4701
E-mail: kleisyloren2003@gmail.com

Ricardo Raboco
https://orcid.org/0000-0002-7701-9696
E-mail: riraboco@gmail.com

DOI-Geral: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4
DOI-Individual: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-11

RESUMO: Com este artigo tem-se como escopo analisar as perspectivas futuras para a democratização em Moçambique. Entende-se que o argumento que serve de sustentação quando se trata de perspectivas ou horizontes da democracia no contexto moçambicano é de que o futuro da democratização está condicionado pela capacidade que o país possui de superar os desafios estruturais e fortalecer as suas instituições, no mesmo momento em que enfrenta ameaças externas e internas, como a instabilidade de segurança. Por isso, a maneira como estes e outros desafios serão colmatados determinará a trajectória futura para a democratização moçambicana. Metodologicamente, a prossecução dessa abordagem qualitativa contou essencialmente com a revisão bibliográfica e pesquisa documental. Concluiu-se que as perspectivas futuras para a democratização são complexas, com desafios persistentes como a manutenção do partido dominante no poder, a fragilidade institucional, a desconfiança de milhões de moçambicanos sobre a forma de governação e a insegurança em alguns pontos do país, em particular na região norte. O futuro dependerá de factores como o fortalecimento da Comissão Nacional de Eleições (CNE), a aceitação da alternância política, a melhoria da gestão macroeconómica e a resolução da instabilidade de segurança. Portanto, é necessário estabelecer elementos fundamentais que indiquem a vivência de uma governação participativa; própria da democracia; consistentes com representação partidária num sistema de multipartidarismo, liberdade de expressão, tolerância política e incentivo à criação de partidos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Perspectivas. Democratização. Desafios. Conflitos.

THE FUTURE PROSPECTS FOR DEMOCRATIZATION IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: This article aims to analyze the future prospects for democratization in Mozambique. The underlying argument when discussing the prospects or horizons of

democracy in the Mozambican context is that the future of democratization is conditioned by the country's ability to overcome structural challenges and strengthen its institutions, while simultaneously facing external and internal threats, such as security instability. Therefore, how these and other challenges are addressed will determine the future trajectory of Mozambican democratization. Methodologically, the pursuit of this qualitative approach relied primarily on a literature review and documentary research. The conclusion is that the future prospects for democratization are complex, with persistent challenges such as the maintenance of the dominant party in power, institutional fragility, the distrust of millions of Mozambicans regarding the form of governance, and insecurity in some parts of the country, particularly in the northern region. The future will depend on factors such as strengthening the National Elections Commission (CNE), accepting political alternation, improving macroeconomic management, and resolving security instability. Therefore, it is necessary to establish fundamental elements that indicate participatory governance; the very essence of democracy; which consist of party representation in a multiparty system, freedom of expression, political tolerance, and encouraging the creation of political parties.

KEYWORDS: Perspectives. Democratization. Challenges. Conflicts.

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, o processo de democratização inicia a partir de 1990, isto é, após a guerra civil que teve a duração de 16 anos (envolvendo os partidos Frelimo e Renamo como principais actores), com a implementação da nova Constituição. Com a inauguração da nova Constituição passou-se do regime monopartidário (partido único) adoptado após a independência do país em 1975 para o regime multipartidário, mediante reformas constitucionais em 1990. As reformas permitiram abertura política, culminando com os Acordos Gerais de Paz (AGP) em Roma, em 1992, e em 1994 iniciam as primeiras eleições multipartidárias, que se observam até hoje.

Todavia, ao discutir as perspectivas futuras da democracia, torna-se indispensável clarificar que, apesar do multipartidarismo e da descentralização instituídos, a democracia está longe de ser plena. Trata-se de um processo lento e gradual cuja consolidação depende da observância de valores como respeito pelos direitos humanos, diversidade de opiniões — sobretudo na arena política —, entre outros. Como aponta Maschietto (2023), mesmo com multipartidarismo constitucionalizado e eleições regulares, há elementos que afectam a qualidade da democracia e favorecem a permanência e consolidação da FRELIMO no poder, ligados tanto ao desenho do Estado pós-1992 quanto ao legado

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

histórico da luta de libertação e da guerra de 16 anos. A consolidação de um "Estado guardião", com práticas de clientelismo e patronagem, criou raízes difíceis de erradicar.

Diante disso, é irrefutável que houve progressos: a descentralização; embora com limitações; possibilitou alternância política no âmbito local; e a sociedade civil, apesar de obstáculos à liberdade de manifestação, tem contribuído com o debate sobre democracia e escrutínio das políticas públicas (Maschietto, 2023). Por outro lado, desigualdades económicas regionais e concentração, de renda temperam o debate democrático (Guilamba, 2019).

No que se refere aos objectivos, o artigo analisa as perspectivas futuras para a democratização em Moçambique. Especificamente, pretende: (i) contextualizar a implementação da democracia; (ii) descrever os desafios da democratização; (iii) explicar os conflitos e suas implicações; e (iv) apontar perspectivas futuras. Metodologicamente, privilegia-se abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa documental (Minayo, 2001; Gil, 1999).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE

A democratização refere-se ao processo de transformação de um regime político autoritário ou centralizado para um sistema mais democrático, que promova a participação popular, o Estado de Direito e o acesso a direitos fundamentais. A democracia é entendida como um conjunto de procedimentos que viabilizam decisões colectivas com ampla participação, transparência e legitimidade (Bobbio, 2000). O desenvolvimento e a estabilidade democrática estão intimamente relacionados ao desempenho económico e à capacidade das instituições políticas de garantir a eficácia das decisões e a sua aceitação social (Bardhan, 2010; Lipset, 2007). Para Santos (2002), a democratização não se limita a eleições periódicas: implica a participação efectiva dos cidadãos, a possibilidade de influenciar e controlar decisões públicas, e o exercício do poder de forma partilhada entre governantes e governados.

No caso de Moçambique, a contextualização histórica é fundamental para compreender o seu percurso democrático. Após a independência em 1975, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) instituiu um regime de governação centralizada,

de inspiração marxista-leninista, com um partido único e forte intervenção estatal na economia. Apesar de alguns avanços sociais — como a alfabetização massiva e a expansão de serviços básicos — as políticas adoptadas frustraram expectativas de sectores sociais e resultaram em crises económicas, carestia de bens e crescente contestação popular (Muhale, 2018).

Essa contestação, somada a tensões regionais e a interferência de potências estrangeiras, culminou na eclosão de uma guerra civil de 16 anos (1976–1992), devastando infra-estruturas, desestruturando o tecido social e ceifando cerca de um milhão de vidas. Com o país arruinado, o então partido único iniciou um processo de reformas profundas, procurando negociar a paz e abrir caminho ao multipartidarismo. Em 1990 foi aprovada uma nova Constituição, que formalizou as liberdades fundamentais, os direitos políticos e a separação de poderes, criando condições para uma transição pacífica. Essa transição foi consolidada com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (AGP) em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, consideradas um marco histórico no país (Brito, 2014; Muhale, 2018).

Desde então, Moçambique experimentou seis ciclos eleitorais presidenciais (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) e, mais recentemente, as eleições de 2024. Apesar de em geral terem sido pacíficas, vários processos eleitorais foram marcados por denúncias de fraude, violência política e contestação de resultados por parte da oposição. As eleições de 2019 e 2024, em particular, estiveram entre as mais tensas, com observadores nacionais e internacionais a registarem irregularidades significativas, o que reforçou o debate sobre a necessidade de fortalecer a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e os órgãos de supervisão eleitoral para garantir maior transparência e credibilidade.

Outro marco relevante foi a aprovação, em 2018, das emendas constitucionais que instituíram um novo modelo de descentralização, permitindo a eleição de governadores provinciais pelas assembleias provinciais. Essa reforma foi vista como um avanço para aproximar o poder das comunidades e reduzir tensões históricas entre o governo central e a oposição, especialmente a RENAMO. Contudo, críticos apontam que a criação de cargos de Representantes do Estado nas províncias e distritos pode ter atenuado o impacto da descentralização, mantendo elevado o controlo central (Weimer, 2021).

No plano social, a insurgência armada em Cabo Delgado desde 2017 tornou-se um dos maiores desafios para a estabilidade democrática, deslocando centenas de milhares de pessoas e fragilizando a confiança no Estado. A resposta governamental e o envolvimento de forças internacionais têm gerado debate sobre direitos humanos, transparência e participação das comunidades afectadas nas soluções de reconstrução.

O papel da sociedade civil, dos meios de comunicação e do meio académico tem sido crucial para fomentar debates, denunciar abusos e propor soluções, ainda que enfrentem restrições e desafios à liberdade de expressão. O crescimento de organizações não governamentais, movimentos juvenis e colectivos comunitários tem ajudado a criar uma cultura de participação e fiscalização da governação, mesmo que essa participação ainda seja desigual e, muitas vezes, simbólica.

Em síntese, a democratização em Moçambique deve ser entendida como um processo em construção, que avança entre conquistas e retrocessos. Para além de eleições regulares, o país precisa consolidar instituições independentes, garantir igualdade de oportunidades de participação, combater a corrupção e reduzir as desigualdades regionais e socioeconómicas. Só assim a democracia poderá gerar os frutos esperados: liberdade de expressão, justiça, equidade, paz duradoura e desenvolvimento económico inclusivo.

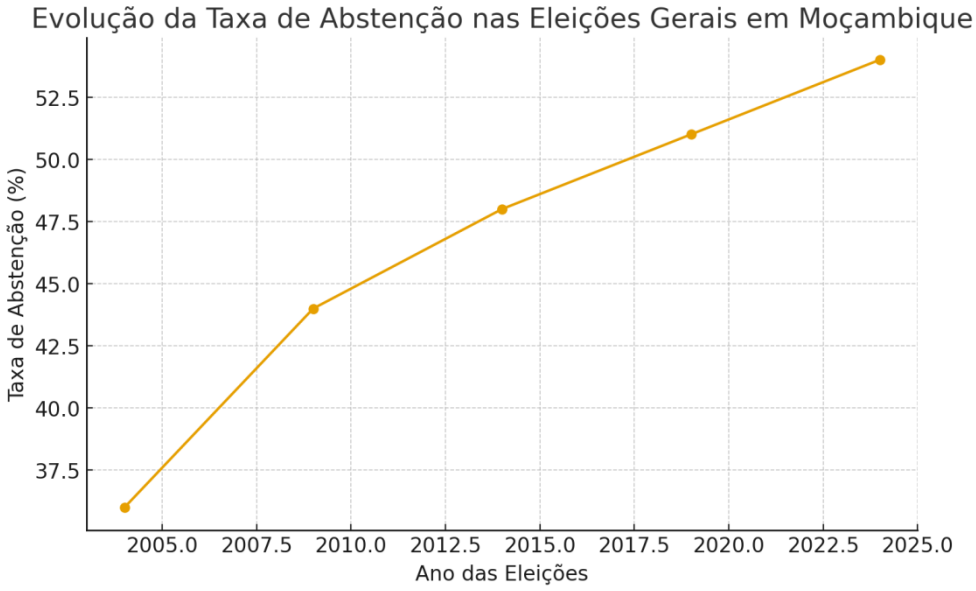
CONFLITOS E IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Embora as eleições gerais e autárquicas se realizem regularmente desde 1994, persistem desafios estruturais que fragilizam o aprofundamento da democracia em Moçambique. A pobreza continua elevada, com cerca de 46% da população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza (INE, 2023), e a desigualdade permanece significativa — o país tem um Índice de Gini de 0,54, um dos mais altos da África Austral. Além disso, a confiança entre forças políticas e sociedade civil é baixa, e o partido no poder mantém hegemonia sobre a arena política, gerando assimetrias de participação e limitando a alternância (AfriMAP, 2009).

A participação eleitoral tem mostrado sinais de declínio: nas eleições gerais de 2019, a taxa de abstenção foi de aproximadamente 51%, e nas de 2024 ultrapassou os

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

54%, o que revela um crescente afastamento dos cidadãos do processo político formal e um sentimento de desconfiança sobre a eficácia do seu voto.



A dependência de ajuda externa é outro factor que molda a governação. Estima-se que cerca de 20–25% do orçamento nacional provenha de doadores internacionais, o que por vezes cria tensões na definição de prioridades de políticas públicas e pode fragilizar a prestação de contas do Estado para com os cidadãos.

Tabela 1: Indicadores-Chave de Democracia e Conflitos em Moçambique

Indicador	Valor Estimado
Taxa de Pobreza Nacional	46% (INE, 2023)
Índice de Gini	0,54 (INE, 2023)
Dependência de Ajuda Externa	20–25% do orçamento nacional
Taxa de Abstenção Eleitoral (2024)	54%
Deslocados Internos (2013–2016)	≈ 15.000 deslocados
Mortos/Feridos Protestos 2008 & 2010	Cerca de 130 mortos e 500+ feridos

A leitura destes indicadores reforça o argumento de que a democratização em Moçambique enfrenta entraves estruturais. A elevada taxa de pobreza (46%) e o Índice de Gini de 0,54 revelam que a prosperidade económica permanece concentrada, alimentando percepções de exclusão social e económica. A dependência externa de 20–25% do orçamento nacional indica vulnerabilidade nas políticas públicas, com riscos de priorização de agendas dos doadores em detrimento das necessidades locais. O crescimento da abstenção eleitoral, que alcançou 54% em 2024, sugere erosão da

confiança popular nos processos democráticos e pode sinalizar risco de deslegitimação das instituições representativas.

Os 15 mil deslocados internos resultantes do conflito de 2013–2016 e os mais de 130 mortos nos protestos de 2008 e 2010 ilustram os custos humanos da instabilidade política e social, comprometendo a coesão nacional. Assim, estes números demonstram que a consolidação democrática não depende apenas de reformas institucionais, mas também da redução da desigualdade, da pacificação duradoura e da restauração da confiança entre governantes e governados.

Manifestações populares — como as de fevereiro de 2008 (contra o aumento do preço dos transportes) e de setembro de 2010 (contra subida de preços de pão, água e energia) — revelam tensões entre garantias democráticas e resposta estatal. Nesses protestos, dezenas de pessoas foram mortas e centenas feridas, resultado do uso excessivo da força. Mais recentemente, manifestações e tumultos pós-eleições de 2024 registaram centenas de detenções, confirmando que os espaços de contestação ainda são frágeis (Brito et al., 2017, apud Massimaculo; Namuholopa; Oliveira, 2021). Ngoenha (2015) alerta que tais práticas podem resvalar para um "Estado mafioso", consolidando desigualdades e corroendo a legitimidade do regime.

Entre 2013 e 2016, confrontos armados entre a RENAMO e as forças do Estado resultaram em mais de 15 mil deslocados internos, segundo dados do Acnur e Ocha (2016). Esses deslocamentos, aliados à destruição de infra-estruturas e ao clima de insegurança, tiveram impacto direto na circulação de pessoas e bens, bem como na participação eleitoral em algumas províncias centrais, onde se registou maior abstenção.

Os acordos subsequentes de 2018 e 2019 trouxeram reformas de descentralização, como a eleição de governadores provinciais pelas assembleias provinciais, sendo vistos como um avanço institucional. No entanto, a criação das figuras de "Representantes do Estado" a nível provincial e distrital gerou críticas por potencialmente recentralizar o poder e reduzir a autonomia local (Weimer, 2021, apud Maschietto, 2023). Estudos prévios já advertiam que a descentralização comporta riscos de reproduzir problemas da administração central a nível local, como clientelismo e corrupção (Faria; Chichava, 1999).

Em suma, os conflitos e as respostas institucionais moldam o ritmo da democratização, ora criando janelas de oportunidade para maior abertura política, ora reforçando mecanismos de controlo centralizado que dificultam a consolidação de uma democracia substantiva.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA DEMOCRATIZAÇÃO

Consolidar a democracia em Moçambique requer um conjunto articulado de medidas que combinem reformas institucionais, fortalecimento do tecido social e renovação da cultura política. Os desafios não são apenas de natureza normativa ou técnica, mas também sociopolíticos, exigindo mudanças de mentalidade, maior participação cidadã e compromisso de todos os actores — partidos, sociedade civil, sector privado e comunidade internacional.

Um primeiro eixo crucial é o fortalecimento da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e dos órgãos de administração eleitoral. É imperativo garantir autonomia, transparência e imparcialidade desses órgãos para restaurar a confiança dos eleitores. Reformas podem incluir maior pluralismo na nomeação dos membros, auditorias independentes dos processos eleitorais, divulgação tempestiva e desagregada dos resultados e utilização de tecnologias seguras de apuramento e publicação de votos.

Em segundo lugar, é necessário criar condições para a aceitação da alternância política como um valor democrático essencial. A permanência prolongada do partido dominante no poder tende a reduzir o espaço competitivo e a gerar resistências à mudança. Para reverter esse quadro, deve-se fortalecer os partidos de oposição, promover o financiamento público equitativo das campanhas eleitorais e garantir o acesso igualitário aos meios de comunicação estatais.

O aprofundamento da descentralização é outro vetor fundamental. As reformas de 2018–2019 representaram um passo importante, mas é preciso consolidá-las garantindo mecanismos robustos de accountability, capacitação das administrações locais e participação efetiva das comunidades nos processos de planejamento e fiscalização. A descentralização deve ir além da transferência formal de competências, permitindo

decisões mais próximas das populações e tornando o governo local responsivo às demandas cidadãs.

No campo económico, urge a melhoria da gestão macroeconómica e a adoção de políticas que reduzam desigualdades regionais e sociais. Estratégias de diversificação económica, combate à corrupção, gestão sustentável das receitas dos recursos naturais e investimentos em educação e saúde são essenciais para criar as bases materiais de uma democracia inclusiva. Sem desenvolvimento socioeconómico e oportunidades mais equitativas, a democracia corre o risco de permanecer frágil e vulnerável ao populismo ou ao autoritarismo.

Outro pilar é a resolução sustentável da insegurança, sobretudo em Cabo Delgado, mas também em outras regiões propensas a conflitos. A paz duradoura exige não apenas operações militares, mas também programas de reintegração social, criação de empregos para jovens, mediação comunitária e reconstrução das áreas afetadas.

Ngoenha (2004; 2013; 2015) defende que a democracia moçambicana deve assentar em três contratos fundamentais:

- Contrato cultural – uma democracia que valorize os imaginários e práticas locais, sem ser mera cópia de modelos externos.
- Contrato político – diálogo genuíno entre forças políticas, buscando consensos que transcendam interesses de curto prazo.
- Contrato social – organização económica e social que assegure redistribuição de riqueza e solidariedade nacional.

AfriMAP (2009) alerta que a participação popular precisa sair do plano simbólico e tornar-se vinculativa, com conselhos locais, orçamentos participativos e mecanismos de fiscalização social que tenham impacto real nas decisões. Igualmente, é necessário reverter o declínio da participação eleitoral, investindo em educação cívica, campanhas de mobilização e facilitação do voto (por exemplo, voto antecipado ou digital para populações deslocadas).

Por fim, a construção de uma democracia mais robusta dependerá da capacidade de o país criar uma cultura política de respeito, tolerância e pluralismo, onde divergências ideológicas sejam resolvidas por meio de instituições e não pela violência. A longo prazo,

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

o sucesso da democratização em Moçambique será medido não apenas pelo número de eleições realizadas, mas pela qualidade da participação cidadã, pela confiança nas instituições e pela capacidade do Estado de garantir direitos, justiça social e desenvolvimento inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas futuras para a democratização em Moçambique permanecem complexas e fortemente condicionadas por fatores estruturais, institucionais e sociopolíticos. O país enfrenta o desafio de romper com padrões históricos de centralização do poder, clientelismo e desigualdades persistentes, ao mesmo tempo em que precisa garantir estabilidade e crescimento inclusivo.

O reforço da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a credibilização da administração eleitoral surgem como prioridades para restaurar a confiança do eleitorado. Sem eleições transparentes, a legitimidade do regime é colocada em causa, alimentando abstenção e tensões sociais. A aceitação da alternância política deve ser vista não como ameaça, mas como parte essencial do ciclo democrático, sinalizando maturidade institucional e disposição para governar em contextos plurais.

Outro eixo essencial é a descentralização responsável. Esta deve ser acompanhada de mecanismos de prestação de contas e fortalecimento das capacidades locais, evitando que se reproduzam, a nível provincial ou distrital, as mesmas práticas de exclusão e corrupção que se criticam ao nível central.

A melhoria da governação económica é igualmente decisiva. A redução da pobreza, a gestão eficiente das receitas dos recursos naturais e o combate à corrupção são condições indispensáveis para que a democracia seja vista como um regime que oferece resultados concretos à população. Quando as promessas de inclusão social não se materializam, cresce o risco de erosão da legitimidade e de recurso a soluções autoritárias.

Finalmente, a pacificação sustentável — particularmente na província de Cabo Delgado — será um teste crucial para o Estado moçambicano. Uma paz duradoura depende não apenas da contenção militar da insurgência, mas também de programas de

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

reconstrução, reconciliação e reintegração socioeconómica que devolvam dignidade às comunidades afetadas.

Em suma, a consolidação democrática em Moçambique não será produto de um ato único, mas de um processo contínuo de reformas institucionais, educação cívica, participação social e amadurecimento político. A cultura de respeito, tolerância e participação deve constituir o alicerce do Estado de Direito Democrático, reconhecendo que a democracia vai muito além da realização de eleições: implica diálogo permanente, governação inclusiva e mecanismos de accountability capazes de aproximar o Estado do cidadão. Somente assim será possível transformar os avanços formais obtidos desde 1994 em uma democracia substantiva, resiliente e capaz de responder aos desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

AfriMAP. (2009). *Moçambique: Democracia e participação política*. África do Sul: Open Society Initiative for Southern Africa.

Bardhan, P. (2010). *Democracia e desenvolvimento*. Berkeley: Universidade da Califórnia.

Bobbio, N. (2000). *O futuro da democracia* (7ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Brito, L. (2014). Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique. In L. Brito et al. (Orgs.), *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.

Cuco, A. F. (2016). *Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: Democratização pacífica ou uma trégua tensa?* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Faria, F., & Chichava, A. (1999). *Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique* (Documento de reflexão ECDPM 12). Maastricht: European Centre for Development Policy Management.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Guilamba, C. S. (2019). *Democracia e políticas de protecção social em Moçambique: Uma análise dos avanços e desafios do aparato jurídico-institucional a partir da década de 1990*. Florianópolis.

Lipset, S. M. (2007). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar.

Maschietto, R. H. (2020). Mozambique. In O. Richmond & G. Visoka (Eds.), *The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies* (pp. 837–852). https://doi.org/10.1007/978-3-030-11795-5_99-1

Maschietto, R. H. (2023). Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique. *CEBRI Revista*, 2(6), 155–175.

Massimaculo, A., Namuholopa, O. M. F., & Oliveira, D. D. (2021). Desafios da democratização em Moçambique (1990–2014): Uma análise crítica da geopolítica nacional. *Contemporânea*, 11(2), 686–701.

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Muhale, M. J. J. (2018). *Como funciona a democracia em Moçambique?* São Paulo: Anpocs.

Ngoenha, S. E. (2013). *Intercultura: Alternativa à governação biopolítica?* Maputo: ISOED.

Ngoenha, S. E. (2015). *Terceira questão: Que leituras se pode fazer das recentes eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: PubliFix.

Santos, B. S. (2002). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.